

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA PARA UMA FORMAÇÃO PLURAL

ANDRESSA FONTES DE BARROS\*

MELISSA MENDES CAPUTO VICENTE\*\*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender e analisar a Educação Patrimonial como um instrumento capaz, e eficaz, de trabalhar a pluralidade utilizando a mediação em museus e patrimônios, proporcionando a produção do conhecimento de forma transversal. Leva-se em consideração a importância do trabalho educacional alinhado ao patrimônio cultural, reconhecendo a diversidade cultural a partir de conceitos como memória e identidade. Este trabalho tem como base as obras e guias de Evelina Grunberg, e Maria de Lourdes Horta que contribuem e desenvolvem trabalhos em torno da temática Educação Patrimonial; dos estudos e concepções de Stuart Hall em torno da identidade na contemporaneidade. Para tanto, a metodologia procede-se a partir do levantamento e análise bibliográfica a respeito das fontes existentes sobre a temática. O que permite concluir que a Educação Patrimonial deve ser considerada como um conceito e práticas fundamentais para a valorização, e respeito pela diversidade cultural. Desse modo, observa-se também o fortalecimento de memórias coletivas e individuais, das identidades, da redemocratização e da importância dos bens culturais - como museus e patrimônios - para com a sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE

Educação patrimonial. Diversidade cultural. Identidade. Educação museal. Acessibilidade social.

## INTRODUÇÃO

**D**e acordo com a UNESCO, o processo de globalização ao longo dos tempos, principalmente entre os séculos XX e XXI, tem sido cada vez mais intensificado devido ao estímulo causado pela renovação no processo da comunicação entre os países, e,

\* Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Santos. E-mail disponível para contato: andressa97fb@gmail.com

\*\* Doutoranda em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Possui Mestrado em Educação (2008) e Licenciatura Plena em História (2001) pela Universidade Católica de Santos. Professora nos cursos de História, Relações Internacionais e Pedagogia da Universidade Católica de Santos. Professora de Ensino Fundamental II e Médio na Escola Americana de Santos. Realiza projetos de pesquisa nas áreas de Gênero, História da Educação e História das Mulheres. Experiência em atividades de Simulação das Nações Unidas.

portanto, as mais diversas culturas e sociedades têm estado cada vez mais em constante interação. Tal processo nos remete então ao conceito que conhecemos como diversidade cultural. Acredita-se que atualmente a temática a respeito da diversidade cultural e/ou a pluralidade tem sido promovida entre as mais variadas áreas do conhecimento. No entanto, é possível constatarmos ainda a necessidade de se autopromover um diálogo não somente intercultural, mas também transversal em sua essência, nas vertentes e espaços acadêmicos, nas instituições escolares, patrimônios e museus, levando em consideração os demais desafios e importância que esta interlocução necessita. Avalia-se, portanto, a possibilidade de entender e analisar, de um modo mais complexo, as estratégias da educação patrimonial. Dessa forma, permite-se também ressaltar a valorização do patrimônio como um todo, em suas narrativas e significados.

Este artigo busca ressaltar e entender a importância de tais diálogos, enriquecendo assim as pesquisas acadêmicas voltadas para os bens culturais e as sociedades como para a área da Educação, afinal, atualmente tem sido cada vez mais necessário mudar as estratégias para um ensino mais eficaz, estimulante e aberto ao respeito pela diversidade e as identidades, de forma que este conhecimento contribua para a construção de sujeitos sociais e ativos. Por outro lado, também procura reconhecer a Educação Patrimonial como um instrumento capaz e eficaz de trabalhar a pluralidade, utilizando a mediação em museus e patrimônios e proporcionando a produção do conhecimento de forma transversal.

Ao passo em que se constrói um processo de ressignificações, não somente em relação ao discurso histórico, mas para questões mais abrangentes, despertando assim os sujeitos e a comunidade em si para eixos como cultura, identidade, memória, pertencimento, patrimônio cultural material e imaterial. Dessa forma, apresenta-se uma narrativa em torno de um dos conceitos primordiais e norteadores do desenvolvimento dos programas como um todo, a Educação Patrimonial e a valorização da diversidade cultural.

## 1. UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Os olhares sobre o patrimônio eram e são tão diversificados quanto suas próprias significações. Ao longo dos séculos, o conceito e a palavra patrimônio passaram por diversas construções e transformações – considerando as narrativas e significados –, adicionando novas perspectivas, de acordo com as conjunturas históricas e suas representatividades. Dentre as concepções de patrimônio, havia uma variação de percepção e necessidades, afinal, era algo interdependente das sociedades, referências acadêmicas e culturais que transpuseram em seus textos, sob suas convicções as belezas que os sujeitos observaram.

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (CHOAY, 1992, p.11)

Ao meio que dispunha de propriedades, o sentido do patrimônio passou também a se constituir de edificações e monumentos consagrados, foram gradativamente agregando preocupações voltadas às manutenções estruturais, tal como uma responsabilidade do Estado – valorização e preservação –, afinal, esses patrimônios intangíveis e paisagísticos representavam o sentimento de construção e formação de uma nação. Relembrando que este conceito

próprio de nação, em suas questões imaginadas e ilimitadas (ANDERSON, 2008) porém, coletivas, era algo consideravelmente prematuro. As ideias e as noções modernas de patrimônio estavam transcendendo as passagens do tempo, de fato, em busca de identidades nacionais. “Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.” (HALL, 2006, p. 51)

Pensando ainda nessa construção identitária, vale destacar que as manifestações de grupos e sujeitos sociais, as expressões em si tendiam a mostrar os posicionamentos e as narrativas construídas em cima das edificações artísticas arquitetônicas (monumentos e patrimônios) como forma de representatividade das conjunturas políticas que ali naquele espaço-tempo existiam. Afinal, é importante ressaltar que o patrimônio como manifestação, com suas subjetividades e concepções, trazia em si os triunfos de classes socialmente dominantes, e, portanto, os seus feitos e noções deveriam triunfar.

Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários. (FERNANDES, 1993, p.275)

Em tempos atuais, entende-se que os debates em torno do patrimônio histórico acabam por tomar novas proporções, de acordo com os processos de desenvolvimento que as sociedades contemporâneas presenciam em sua existência, ainda maiores, ocasionadas por elementos delimitadores. Esses processos, juntamente com os debates, explicam que tais transformações ocorrem em conformidade com a urbanização e os sistemas de industrialização da cultura de determinado grupo social – em partes a massificação da cultura -, o desenvolvimento e potencial turístico além da própria globalização.

Evidencia-se também que o patrimônio cultural carrega em si não somente os elementos determinadores de seus funcionamentos e mudanças, perspectivas econômicas, políticas e históricas, mas também antropológicas e sociais. Tais perspectivas mostram que há uma intensa necessidade de revisão sobre as noções em torno do patrimônio, digo, o que pode ser ou não considerado como patrimônio, o que o forma e o que o caracteriza, seus meios de apropriação, seus significados e especialmente quem o espaço – lugar – ou a imaterialidade representa, unicamente ou para um conjunto, tradições, territórios e comunidades.

A seletividade relacionada ao patrimônio nos traz interessantes apontamentos, pois os elementos por trás nos mostram que em seu discurso formal há o desejo de transparecer que determinado patrimônio seja para todos e acessível à medida que ele existe e se reinventa. No entanto, em certos casos há uma incompatibilidade com diversos grupos sociais ou sujeitos que acabam por não se identificarem em tamanha autenticidade – histórica e cultural – ou encontrarem apenas um fragmento de sua própria identidade relacionada a aquilo que entendemos por memória coletiva. O que nos leva a repensar quais possíveis caminhos – em seu imenso repertório – a temática patrimônio pode nos guiar para contemplações e reflexões, possibilidades de estudos e lugares de debate, tanto nos espaços como no próprio meio acadêmico.

As redefinições mostram-se tão intensificadoras como importantes diante dos diálogos culturais para o entendimento das nações e sociedades, afinal, frente a esta temática não há somente o prestígio histórico e memorial, mas há lugares e narrativas, há uma política patri-

monial, um posicionamento seletivo e característico. Logo, o patrimônio em seus ideais já não transparece um ar tão harmônico assim para todos.

Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e a apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Este princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. (CANCLINI, 1994, p. 97)

Todos esses conjuntos de significados, redefinições e as próprias políticas culturais que estão projetados em lugares de memória – pensando nas materialidades, construções arquitetônicas e afins – e também em tradições e saberes – que caracterizam a imaterialidade dos sujeitos e seus grupos – mostram-se relacionados à principal tarefa do patrimônio, reconstruir a verossimilhança histórica, e não a autenticidade própria do que ali foi ou do que ali se criou. (CANCLINI, 1994, p. 113)

Estas formulações nos colocam frente aos ensaios contemporâneos, exaltados pelos debates em torno da tríade: patrimônio cultural, identidade e memória social, além dos próprios e novos elementos que se fizeram parte destas questões, como: a diversidade cultural e os processos de globalização, a dinamicidade das culturas e suas adversidades, as identidades e o desenvolvimento de significativas relações. E ao patrimônio cultural ser entendido como uma produção histórica e social de grupos, e sujeitos – e não como um patrimônio de toda a humanidade, sem pensar nas subjetividades -, ele nos dá a possibilidade dos mais diversos mecanismos disponíveis a serem trabalhos, mediados e estimulados.

Neste processo, encontra-se como primeiro caminho a sociabilização e juntamente com o processo de dar significado a algo, ao sujeito, que por meio de mediações consegue alcançar um maior e melhor aproveitamento do patrimônio histórico cultural, além das próprias identidades que acabam por se formar e/ou se transformarem.

Apenas o que o espaço físico proporciona por si não é o suficiente para a condição de lugar especial. Tal qualificativo é atribuído por quem percebe, se apropriou e dota de um significado afetivo o lugar. Nesse momento, a partir do afeto investido, o espaço comum se transforma em lugar especial. Portanto, o que dota o lugar desse sentido especial é o conjunto de significados, os símbolos que os sujeitos que o vivenciam e dele se apropriam em sua elaboração subjetiva imprimem no espaço a condição de “lugar especial e único”. (MARTINS, 2015, p. 49)

Para tal, a Educação Patrimonial surge como possibilidade a partir das concepções de patrimônio e as novas questões determinantes, como um meio de contribuição para novas abordagens em torno do próprio patrimônio histórico e cultural. Enfatizam-se as identidades dos sujeitos, dos meios de apropriação e da diversidade cultural, através do desenvolvimento de ações interdisciplinares e transversais.

A Educação Patrimonial, o termo e o conceito em si, começou a ser difundida, discutida e refletida em um primeiro momento na Inglaterra, sendo conhecida como *heritage education* (a educação para o patrimônio). Indica-se que este momento da valorização do patrimônio e o entendimento por de trás das suas narrativas já davam sinais em torno de uma metodologia pedagógica capaz de trazer as mais variadas discussões. Já no Brasil, esta metodologia e este conceito surgem entre os anos de 1930 a 1983 precisamente, a partir do seminário “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado pela museóloga Maria de Lourdes P. Horta no

Museu Imperial – Petrópolis, Rio de Janeiro – além do incitamento por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN ROSSI, 2017, p. 114).

Naturalmente, a partir do entendimento sobre as bases que regem as discussões em torno do patrimônio – história, memória e cultura –, profissionais da área que se dispõem pelo estudo através da memória, em suas próprias instituições culturais e sociais, começaram a formular um entendimento sobre o que é essa Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Portanto, a Educação Patrimonial nada mais é do que uma educação diferente. Ao passo que a educação formal, a qual conhecemos, se desenvolve nas instituições escolares, através de currículos e diretrizes bastante precisas, com subsídios teóricos e metodológicos, voltados a áreas específicas do saber – juntamente com conhecimentos já estruturados e produzidos – além de um próprio direcionamento ao mercado de trabalho, a Educação patrimonial dialoga de forma diferenciada com diretrizes e formas. Percebe-se também que não há uma forte presença quanto às práticas pedagógicas com um olhar mais amplo, fazendo com que o sujeito compreenda o mundo que os rodeia, utilizando seus saberes já construídos, além da própria valorização da memória coletiva e individual na Educação formal. Logo, a Educação Patrimonial, de uma perspectiva breve, possui como centro o Patrimônio Cultural, a valorização dos bens culturais, bem como a concentração no sujeito, proporcionando a produção e apropriação de conhecimentos, e saberes, além do próprio entendimento – a partir de suas raízes – da sua própria identidade como indivíduo dentro da sociedade.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (CUSTÓDIO, 1999, p. 4.)

É importante frisar que a Educação Patrimonial está concebida em diversos âmbitos e dimensões, através das suas próprias premissas, que atravessam pela formalidade e não formalidade. E assim, é indispensável entendermos os seus princípios por de trás de suas mediações e convicções, que se tornam norteamentos. Além disso, podemos constatar que em um primeiro momento a Educação Patrimonial terá um papel fundamental no entendimento sobre as noções de patrimônio – material e imaterial –, formas de preservação e valorização, que possam promover e difundir o conhecimento para e com as comunidades.

Dessa forma, os bens culturais são considerados como suporte vivo para a construção coletiva do conhecimento, que só pode ser levada a cabo quando se consideram e se incorporam as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas por meio de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem que devem ser construídas dialogicamente a partir da especificidade dos locais. (FLORÊNCIO, 2012, p. 24)

Por fim, há um princípio bastante importante e que é a discussão principal desta pesquisa, o respeito à diversidade cultural. Como discorrido no início do capítulo, o patrimônio histórico e cultural por si só ao longo do tempo foi altamente mutável, digo, suas narrativas e percepções. Consequentemente, é necessário reconhecer não somente uma única narrativa do patrimônio histórico e cultural, mas sim todo um dinamismo cultural. Dinamismo este caracterizado pelas mudanças geradas pelas novas gerações, através de suas próprias manifestações. Portanto, quando trabalhadas ações educativas dentro desses espaços públicos e de memória, cabe à instituição, a partir da Educação Patrimonial, o entendimento e o reconhecimento dos mais variados grupos étnicos e culturais, das mais variadas participações de povos e grupos, para se entender que no caminho para a construção da identidade há o respeito pelas diferenças, pela diversidade e pelas transformações sociais.

Todas as ações por meio das quais os povos expressam seu modo específico de ser constituem a sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes. A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de socialização, em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. (HORTA, 2005, p.3)

Assim sendo, podemos constatar que a Educação Patrimonial, no que diz respeito à diversidade cultural e à construção de identidades,

Deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORÊNCIO, 2012, p. 22)

A Educação Patrimonial, ao final, mostra-se como ferramenta dentro da educação, que, ao mesmo tempo em que emancipa o sujeito, o liberta e o faz entender o seu próprio lugar no mundo. E principalmente assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos. (FREIRE, 2011, p. 42)

## **2. IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: FRONTEIRAS E PROBLEMATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Compreende-se que a Educação Patrimonial gera uma ampla capacidade de proporcionar a produção de conhecimento, podemos ademais, ressaltar o processo de apropriação de saberes que transita entre os entendimentos das heranças culturais para a construção da identidade de cada indivíduo. Como abordado no capítulo anterior, a metodologia da referida educação busca a valorização dos bens culturais, o fomento pela formação das identidades e manifestações, e o exercício da cidadania.

De acordo com Evelina Grunberg (2007), bens e patrimônios culturais são instrumentos que contribuem para o processo de construção da formação de identidades de grupos e indivíduos sociais, que através de mecanismos estabelecem suas próprias referências com os discursos históricos. Por serem espaços de memória carregados de significados históricos, culturais e sociais, permitem estabelecer através de ações educativas e/ou projetos conexões e diálogos de pertencimento com o passado - pensar o passado, de forma crítica e reflexiva, questionando -, seja ele qual for e como for. A complexidade a partir dos conceitos de identidade e memória cabem maior atenção - que será dada a seguir - mas que de uma forma concisa atenta-se a um conjunto de costumes, valores e crenças ancestrais, alinhadas a questionamentos que o próprio sujeito em conjunto com estas práticas educativas acaba por refletir, como: “De onde eu vim?”, “Quais são as minhas raízes?”, “O que me representa e o que não me representa?”, “Qual a minha relação com o território onde habito, além da comunidade e o modo de vida?” etc. Estabelecendo assim, conexões das fragmentações do passado com o presente.

A identidade dos sujeitos é um resultado estabelecido e resultante da interação humana - promovida e construída ao longo do tempo -, de modo que se afirme como um elemento chave entre a subjetividade e particularidade do sujeito - dentro de uma realidade subjetiva -, e as relações que se constroem com as estruturas da dialética com a sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 179). É notório que é a partir dos processos interativos da sociedade - como a globalização, processos imigratórios, movimentos sociais, culturais, territorialização e afins - e da apresentação de crenças, valores, histórias, ideias e raízes que o sujeito se percebe e se identifica.

Assim como o patrimônio cultural, as identidades, ou melhor, o termo identidade esteve presente de forma ampla e diversificada ao longo dos séculos, particularmente no século XVIII, conhecido como o século das luzes. Tal amplitude diz respeito ao desenvolvimento das áreas do conhecimento, principalmente, nas Ciências Sociais ou na própria Teoria Social, na qual o conceito de identidade esteve frequentemente relacionado ao patrimônio cultural. Este direcionamento ocorreu mais tarde, em virtude do desenvolvimento de políticas culturais e patrimoniais, que se alinhavam na construção de uma identidade de nação.

De acordo com o sociólogo jamaicano Stuart Hall, para se entender este termo e/ou conceito “identidade”, é necessário pensarmos a partir de três diferentes concepções de identidade, sendo elas: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo trazia a ideia de um sujeito individualista, centrado e unificado, assim como sua identidade, caracterizado pela racionalidade e uma plena confiança capacitiva...

[...] dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou “Idêntico” a ele - ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (HALL, 2006, p. 10-11)

No século XIX com o desenvolvimento da Sociologia, há um novo entendimento de concepção identitária, o sujeito sociológico. Tal sujeito é caracterizado por Hall (2006), pertencente a uma identidade formada pelo elo entre sociedade e indivíduo. Este elo é explicado e gerado fundamentalmente pelas relações estabelecidas - através dos meios sociais e culturais - com o outro. Logo, temos uma estrutura da sociedade e do próprio indivíduo.

A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito de valores, sentidos e símbolos - a cultura - do mundo que ele/ela habitava. (HALL, 2006, p. 11)

Na segunda metade do século XX, Hall (2006) aponta que essas realidades estavam se encaminhando para algumas mudanças, onde o suposto sujeito pós-moderno estaria perdendo sua estabilidade e unificação, tornando-se assim fragmentado por não somente uma única identidade, mas por diversas. Esta fragmentação seria explicada pelo fenômeno de vivência desse indivíduo, digo, conforme o passar do tempo esse sujeito seria atravessado por outros sujeitos, com diferentes identidades, realidades e culturas. Uma vez que pensávamos em uma identidade unificada e estável, passar-se-ia a pensar em uma identidade cultural dinâmica, assim como a própria cultura, mutável.

Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2006, p. 12-13)

As concepções apresentadas por Stuart Hall em relação ao sujeito pós-moderno evidenciam que as constantes transformações na sociedade atingem diretamente a construção de identidades, justamente a partir de uma troca de informações, sentidos e experiências - sociais e culturais no âmbito individual e coletivo - que acontecem em alta velocidade que são marcados pelos processos de globalização. Refletir sobre a globalização, a ideia e como se dá, entendemos a imensidão da diversidade cultural e como a mesma atravessa o conceito de identidade cultural dos sujeitos.

Podemos assim dizer que este momento caracterizado por Hall (2006, p. 12-13) afirma a existência de uma crise identitária, onde “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Ao passo que os sujeitos caminham pelo espaço-tempo, percebem-se representados pelos sistemas culturais e simbólicos que os rodeiam.

Ao fazer referência aos sistemas culturais que nos rodeiam - simbologias, designações, materialidades, imaterialidades e afins - podemos interpretar que os bens culturais e patrimonializados também acabam por contribuir para o processo incessante da construção de identidades individuais e coletivas. Dessa maneira, o conceito de identidade é proveniente de um acervo de referências que ao longo do espaço-tempo acabam por moldar nossa própria identidade, o que não quer dizer que seja algo estático e determinante, mas mutável representado por flutuações e modificações. Além do mais, é através dessas referências, individuais e coletivas, que nos é despertado a sensação de pertencimento.

Identifica-se indubitavelmente que a identidade cultural provém das sensações de pertencimento, envolvendo todo um aparato de relações, identificações dadas a diversos fatores históricos. O que nos permite exaltar de forma modesta a função da memória como elemento enriquecedor e fundamental na construção das identidades coletivas, que permite o ato de estabelecer elos com o passado em uma continuidade enriquecedora e não uma simples memorização dada a partir da petrificação.

Este processo cabe ao sujeito através de determinada memória atribuir significados, a partir da sua seletividade e interpretação dada a fatores coletivos e individuais - experiências, interpersoai pertencimento a nações, instituições religiosas e crenças, linguagem, regionalismo, ideologias partidárias ou não, gênero e sexualidade... -. Assim, entendemos como as identidades culturais ao tempo em que se apropriam de certos fragmentos da memória, esquecem outros.

Concentrando o texto na identidade cultural, esta identidade se forma pela alteridade, aquilo que difere do outro (SILVA, HALL, WOODWARD, 2000). De forma mais clara, os autores mostram que todo sujeito parte integrante de uma sociedade acaba por interagir e ter certa interdependência com outros sujeitos e seres. Portanto, a identidade cultural se desenvolve a partir de configurações individuais e coletivas, de forma que nos relacionamos com outros sujeitos, formando assim um processo construtivo destacado tanto pela identificação como pela diferenciação.

Ao passo que os sujeitos identificam-se com determinados grupos culturais e sociais, outros se encontram totalmente marcados por uma série de fatores únicos e subjetivos. Dessa maneira, reconhecemos que a sociedade contemporânea é marcada pelas mais diversas manifestações culturais provenientes do conjunto de comportamentos, tradições e valores, consciência e pertencimento - essa diversidade pode ser reconhecida através do conceito de multiculturalidade<sup>1</sup>. Este intercâmbio cultural destacado faz com que se levantem fronteiras entre esses grupos, que por um lado pode ser enriquecedor se houver ações que incentivem os diálogos interculturais, a valorização e o respeito à diversidade e ao mesmo tempo problematizante devido à dinamicidade da cultura, as diferenças, desigualdades e discursos, entre outras questões.

Analisando as ideias apresentadas, entendemos a complexidade que acompanha o multiculturalismo de uma sociedade culturalmente diversificada. Afinal, este intercâmbio cultural, representa que em cada um dos espaços da sociedade, há um conjunto de sistemas, valores, crenças, simbologias e linguagens tão diversificadas quanto as próprias interações entre as diferentes identidades culturais. Cabendo assim, a diversidade cultural.

A consagração e entendimento da noção do conceito de “diversidade cultural” foi consagrada a partir da Declaração Universal da Diversidade Cultural, de 2002, formulada pela UNESCO, que a partir das políticas culturais contemporâneas abrangeu bases conceituais ao que diz respeito à diversidade cultural. Em um apanhado geral, tal declaração traz uma sequência de artigos que discorrem em torno da proteção e da preservação da diversidade cultural, de forma que sejam estimuladas ações e diálogos entre as diversas culturas, promovendo além da interação, a tolerância e a solidariedade.

Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras. Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes [...]. (GRUNBERG, 2007, p. 4)

Atualmente, dentro dos estudos Culturais, antropológicos, históricos e dos campos das próprias pesquisas acadêmicas, os debates em torno da diversidade cultural tem se tornado cada vez mais frequentes e acompanhados de diversos questionamentos. Dentre eles, os pesquisadores tentam interpretar as concepções por detrás das diferenças, características e os próprios desafios que dão complexidade às relações que acontecem entre as diferentes culturas existentes na contemporaneidade.

De acordo com Célia Pereira<sup>2</sup> (2016), os debates em torno da diversidade cultural são extremamente emergentes, mas que exige que pesquisadores e estudiosos tenham uma concepção clara do que os sujeitos, os grupos e nós concebemos sobre ela. A partir disso, a Socióloga afirma que a primeira necessidade é de distinguirmos as diferentes culturas a partir de análises sócio-históricas e antropológicas, interpretando assim como a cultura se constrói, reconstrói e os traços identitários.

Ressaltando que, de acordo com a Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais da UNESCO (1982), cultura se define como...

[...] o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (p. 9).

A abertura da necessidade de debates em torno dessa temática nos coloca frente aos desafios que existem por trás. Dentre eles, a socióloga e um dos próprios relatórios da Unesco, “Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural”, nos apontam um dos primeiros desafios, a compreensão da relação entre cultura e mudança. A percepção deste fato clarifica a dimensão da cultura, que adquire novas formas dentro do espaço-tempo, devido a uma série de fatores internos e externos. Os fatores internos - dependendo do grupo e dos sujeitos - ocorre de forma muito lenta e gradual, a medida em que as gerações se apresentam e como tais valores, crenças, dialéticas e pensamentos são transmitidos pelo senso comum. Por outro lado, os fatores externos são gerados de forma mais veloz, devido a eventos históricos, a diferentes manifestações culturais - globalização, processos imigratórios e colonizadores -, guerras e revoluções.

Compreender que cultura passa por processos de mudança é de fundamental importância, para não cairmos no equívoco de que cultura é algo hermeticamente fechado, imutável. Pelo contrário, ela carrega em seu bojo o germe da mudança, reafirmando a concepção de que nada é linear, mecânico, verdade absoluta, pois tudo é passível de incorporar processos transformadores, acompanhando o próprio processo civilizatório eivado de mudanças em sua trajetória histórica, fruto da intervenção humana e de suas produções e descobertas. É, pois, preciso superar o entendimento de cultura como algo imutável e permanente, substituindo esta clássica visão pela compreensão de seu caráter dinâmico, cujo movimento histórico permite às sociedades mudarem de acordo com os caminhos próprios que buscam trilhar. (PEREIRA, 2006, p. 100).

Em um segundo momento, conforme já ressaltado neste capítulo, a diversidade cultural e a própria existência de diversas identidades, encontram-se contextualizadas no reconhecimento da diferença entre as culturas. De modo que nos levam a um dos principais desafios, a necessidade do respeito às diferenças que são sobressaídas ao encontro e enfrentamento dos estereótipos culturais e da intolerância, discriminações e preconceitos. Em paralelo, mas não muito distante, podemos associar este desafio a um dos impasses gerados por alguns

discursos acerca do patrimônio, no que diz respeito ao meio que se traduz a partir de lutas por espaços e representatividade de classes, culturas e etnias, grupos e sujeitos, caracterizado pela complexidade da sociedade contemporânea e uma forte desigualdade.

Nesta direção, construindo reflexões sobre os desafios que se relacionam com a diversidade cultural e o patrimônio cultural, devemos ressaltar que durante muito tempo as narrativas sobre o que era considerado patrimônio - principalmente acerca das heranças culturais - compreendiam somente a perspectiva europeia. Desse modo que as matrizes africanas, indígenas ou de grupos considerados minoritários, fossem marginalizados e esquecidos, em um discurso de preservação ocidental.

Destarte, a ideia de patrimônio cultural não se restringe à cultura de elite, sejam bens móveis e imóveis, enquanto guardiães da memória nacional, como se pensava há tão pouco tempo. O nosso patrimônio cultural se estende além das grandes cidades, indo ao encontro também das comunidades tradicionais, através dos saberes, celebrações, rituais, alimentação, festas populares, músicas e tantas outras práticas culturais que precisam de reconhecimento e valorização. (APOLINÁRIO, 2012, p. 61)

Desta maneira, os desafios frente aos diálogos interculturais são complexos e requerem todo um aparato, visto a diversidade cultural existente na humanidade. Para isso, há de se ressaltar a necessidade de discussões em torno das nações pluriculturais, das diferenças culturais e identitárias. Contudo, entendendo que em uma sociedade contemporânea marcada pela globalização e pela multiculturalidade, preconiza-se o desenvolvimento de competências culturais e a construção de ações capazes de promover conscientização e respeito pelas diversas manifestações e representações - tangíveis e intangíveis - da diversidade cultural. Cabe agora, ressaltarmos o papel da Educação Patrimonial - através de mediações educacionais e museais, por exemplo, com princípios, diretrizes e projetos de ação - neste caminho de construção na valorização da diversidade cultural. Ao modo em que a Educação Patrimonial...

[...] deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade. (FLORÊNCIO, 2012, p. 24)

Nota-se, que no que se refere às práticas educativas e o próprio excerto acima, a própria Educação Patrimonial se compõe de referências culturais, marcadas pela transversalidade e interdisciplinaridade. Esse conjunto torna-se essencial em meio ao desenvolvimento dessas práticas e a própria potencialização que deve acontecer com o uso dos espaços - bens culturais, museus, patrimônios e afins -.

Essa própria potencialização dos espaços em meio à contemporaneidade acaba embarcando em algumas barreiras que ao serem rompidas tornam-se extremamente ricas. Digo, com o uso da Educação Patrimonial podemos perceber a sua própria contribuição na criação de uma comunicação e diálogo não somente com os sujeitos que frequentam, mas a comunidade que ali rodeia.

Além disso, é justamente por meio do incentivo a essa comunicação entre museu e os sujeitos, que é possível, de fato, ocorrer um acolhimento e a integração das diversidades de

identidades, com suas singularidades e particularidades sociais, culturais e psicológicas. Portanto, é necessário que tais Instituições promovam processos de Educação Patrimonial.

### 3. MEDIAÇÃO EM MUSEUS E PATRIMÔNIOS: UM TRABALHO CONJUNTO ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A DIVERSIDADE CULTURAL

A Educação Patrimonial e Museal coloca em perspectiva os museus e os lugares de memória como um todo, ampliando percepções em torno de conceitos como memória e o próprio patrimônio cultural em especial, entre tantos outros. Esse processo acaba por contribuir não somente para que os sujeitos visitantes ampliem seus olhares e percepções - sejam para o conteúdo e temática abordada pelo museu e seus educadores, como reflexões em torno dos fatores históricos entre passado, presente e futuro, como para o mundo e comunidade que os rodeia -, mas também para a produção de novos conhecimentos. De acordo com especialistas da área, essa metodologia implica para muito além, tendo em vista o “reconhecimento do patrimônio musealizado, sua apropriação e a reflexão sobre sua história, sua composição e sua legitimidade diante dos diversos grupos culturais que compõem a sociedade.” (COSTA; CASTRO; CHIOVATTO; SOARES, 2018, p. 73).

Dessa forma, esses bens culturais tornam-se detentores de grandes possibilidades através das mediações, em um processo construtivo do conhecimento. Para além disso, há a necessidade de ressaltar que ambas as educações, patrimonial e museal, deslocam-se para muito além da promoção e divulgação dos patrimônios em si. Para muitos, a ideia de museu e bens culturais em um geral está muito ligada a petrificação de memórias, no entanto, devemos pensar muito além, pois de outra forma tratam-se de mediações advindas de ações transformadoras, reflexivas e críticas. Ações estas que podem fomentar em construções e desconstruções, pertencimento, identidades culturais e cidadania.

Ao fazer referência ao conceito de identidades culturais, Hall(2003, p. 22) afirma que, assim como a própria cultura, as identidades são caracterizadas como dinâmicas, e, portanto, suscetível a transformações e mudanças como um todo, “as identidades são nomes que damos às diferentes maneiras como estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro delas”. Logo, podemos interligar essa afirmação com a possibilidade que os museus trazem consigo, a possibilidade da importância de nos posicionarmos nas narrativas históricas do passado, em diferentes posições e visões. E dessa forma, os elos de pertencimento - diretos ou indiretamente - concedem a apoderação de uma consciência crítica - dos eventos históricos, de lutas e desdobramentos, do mundo como um todo -, do nosso papel como cidadãos, da interpretação de todo um conjunto cultural diversificado.

O campo museal, como se costuma dizer, está em movimento, tanto quanto o domínio patrimonial. Esses dois terrenos - que ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam - constituem corpos em movimento. E, como corpos, também são instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes. O que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação. Por tudo isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles e a partir deles. (CHAGAS, 2009, p. 53)

Assim, chegamos ao processo de apropriação dos saberes e das próprias experiências adquiridas, onde os sujeitos a partir de suas próprias interpretações acabam por reinterpretar e assim, dando continuidade ao processo. Digo, na jornada das experiências e na própria descoberta dos mais variados significados, relações e trocas, há um processo bastante comum em relação às evidências culturais que se estabelecem a partir dos modos de vida - que transformam-se entre passado e presente -. Dessa forma, Horta, Grunberg e Monteiro acreditam que esse processo é uma tarefa específica da Educação Patrimonial, onde os sujeitos dentro de um espaço-tempo e com metodologias devidamente apropriadas, começam a perceber e compreender os fatos e fenômenos culturais.

A habilidade de interpretar os objetos e fenômenos culturais amplia a nossa capacidade de compreender o mundo. Cada produto da criação humana, utilitário, artístico ou simbólico, é portador de sentidos e significados, cuja forma, conteúdo e expressão devemos aprender a “ler” ou “decodificar”. Para desenvolver este aprendizado, o conhecimento especializado não é essencial. Qualquer pessoa pode fazê-lo, desde que utilize suas capacidades de observação e análise direta do objeto ou fenômeno estudado. (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 8)

Mediante esses processos em que os sujeitos são inseridos e estimulados quando visitam os museus através das mediações, fica evidente o quanto a cultura - a partir da investigação desses bens culturais, quanto a suas especificidades tangíveis e intangíveis - traz consigo uma multiplicidade de concepções e significados. A Educação Patrimonial, como um processo permanente e sistemático, a partir da experiência adquirida através do contato com as evidências e manifestações culturais, desencadeia a apropriação de novos conhecimentos de heranças culturais.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (GRUNBERG; HORTA; MONTEIRO, 1999, p. 5)

A cultura, enquanto processo dinâmico, expressa que são através das manifestações dos sujeitos que se constitui esse conceito. De forma que, sejam reconhecidos que todos os grupos, povos e a sociedade como um todo produz cultura, ainda que cada um desses constitua-se de particularidades. E aceitar essas diferentes formas de ser e de se estar no mundo, é aceitar a diversidade cultural. E, portanto, nos permite ter uma visão muito mais ampla dos processos históricos e, por isso, reconhecer que não existem culturas mais importantes do que as outras.

Além disso, a Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um

recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade. (FLORÊNCIO, 2012, p. 24)

Disseminar os bens culturais como suportes e espaços vivos é compreender suas funções dentro da sociedade, para muito além da construção coletiva do conhecimento, mas também é entender que estes espaços concebem reflexões e indagações, cultura e conhecimento. No entanto, é importante ressaltar que tais museus e patrimônios como um todo devem entender que para que ocorra um efetivo processo, deve-se entender as necessidades e as próprias expectativas das comunidades que ali se encontram. Consequentemente, o diálogo e a própria redemocratização do museu por meio de múltiplas estratégias, públicos e identidades aconteça.

De acordo com o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) salienta a relação da Educação Patrimonial com os patrimônios culturais...

Toda vez que as pessoas se reúnem para construir e dividir novos conhecimentos, investigam para conhecer melhor, entender e transformar a realidade que nos cerca, estamos falando de uma ação educativa. Quando fazemos tudo isso levando em conta alguma coisa que tenha relação com nosso patrimônio cultural, então estamos falando de Educação Patrimonial!

Por fim, pensar em uma educação para o patrimônio requer, também, pensar em que tipo de educação queremos que tais ações retratem. Pensar em Educação Patrimonial é entender sua importância e sua estância educativa como fomentar reflexões constantes, caracterizando assim uma educação transformadora que, de fato, gere uma construção de conhecimentos. Processo este que deve acontecer em conjunto, entre os educadores, os sujeitos e o espaço. Por isso, a importância das mediações, que reconhecem os sujeitos não como folhas em branco, mas sim sujeitos dotados de todo um universo com referências coletivas e individuais.

Assim, é possível dizer que a Educação Patrimonial pode ser considerada uma importante ferramenta na afirmação e construção de identidades. Dessa forma, os sujeitos assumem seus papéis como sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos. (FREIRE, 2011, p. 42)

A experiência da Educação Patrimonial utiliza seus recursos, dentro das práticas educativas da instituição, no sentido de despertar os sujeitos e toda a comunidade para eixos como cultura, identidade e memória, pertencimento e desconstrução, lugares de fala. Neste sentido, todo esse processo é engajado por meio de uma certa sensibilização para a preservação de uma coletividade e muitas ocasiões da própria individualidade. Para Horta (1999, p.4), a Educação Patrimonial “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

O papel do museu, dentro dessa formação plural e do próprio discurso histórico, não se enquadra somente a uma fonte de conhecimentos, informações e documentos, que processam seus instrumentos, mas também e principalmente como um espaço de trocas. Trocas essas que são enriquecidas a partir de construções e desconstruções, investigação e da própria comunicação entre os sujeitos. Cabe também, ressaltar a própria função social, que funda-

mentalmente, faz com que este espaço gerador de comunicação direto com os sujeitos que orienta o desenvolvimento de programas e projetos que dialogam. Dessa forma, ao dialogar juntamente com abordagens educativas, faz com que seja reduzido a distância entre o museu e os sujeitos incentivando a diversidade.

Além de um difusor de culturas, o Museu pode ser uma extensão do saber; ele também representa uma nova maneira de ensinar, conjugada a uma nova maneira de aprender, pela interação com o meio natural e social, através da observação, da experimentação, da prática e das experiências nas quais educandos e educadores atuam como membros de um grupo em busca de um objetivo comum. (BAUBIER, 2011, p. 57)

Segundo Scheiner (2011), o museu mostra-se como instituição cultural e social, como espaço de transmissão cultural que propicia o diálogo intercultural a partir da transmissão desses discursos e conhecimentos compartilhados pelos sujeitos.

Isso nos faz compreender o Museu como um fenômeno social, de profundo significado educativo, capaz de atuar não apenas no estudo e na conservação de nossa cultura, mas também de gerar novos conhecimentos e influenciar de modo positivo no desenvolvimento de nossa sociedade.

Observa-se que, é justamente a partir da gama dos diversos programas e projetos do Museu do Café que se destaca a diferença cultural - social, histórica, política, geográfica e etc. - de diversos sujeitos a partir dos discursos e artefatos, que rodeiam a história do café e ali as histórias que passaram.

O museu precisa trabalhar, de forma mais intensa, para e com a comunidade na qual encontra-se inserida, para disseminar a diversidade e pluralismo culturais; favorecer ao fortalecimento da identidade cultural e ao exercício de sua cidadania, de modo a proporcionar que o visitante abandone o papel do observador para atuar de forma interativa na produção do conhecimento visto que o processo reflexivo, interativo e aprendizado ocorrem de forma natural e gradativa, com a produção do seu próprio conhecimento. (BINA, 2010, p. 84)

Para tanto, é necessário ressaltar que é a partir dessas perspectivas históricas que as mediações museológicas promovem e viabilizam trocas que conectam presentes e passado, o agora e as memórias. Portanto, a partir de todo um processo educacional, entende-se a potencialidade que esse intercâmbio de trocas potencializam a comunicação para com a sociedade contemporânea, cumprindo assim, uma das grandes funcionalidades dos museus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, ao finalizar esta pesquisa, a Educação Patrimonial possui um papel fundamental para não somente a valorização e o respeito pela diversidade, tão pouco não somente pelas próprias discussões no que diz respeito ao patrimônio e divulgação, mas também colocando-se como um instrumento transformador. Trata-se muito mais do que metodologias, teorias e subsídios, mas principalmente pela colaboração para a construção e fortalecimento das identidades, para apropriação desses espaços pelos sujeitos, dotados de tão diferentes tipos de conhecimentos.

Disseminar o papel do museu e da cultura, não como memórias e heranças petrificadas, é entender os ideais subliminares, compreendendo a vivacidade e a dinamicidade, de forma

que, seja clara a importância que os mesmos têm no desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo. Abordar este tema tão abundante e diversificado nos remete, sim, a diversos desafios, como constatado no segundo capítulo deste trabalho. No entanto, tem-se a oportunidade de dar visibilidade aos sujeitos e culturas que foram marginalizadas e omitidas. Reconhecer a diversidade, é, certamente um desafio frente a contemporaneidade, é encorajar os diálogos interculturais, e conseqüentemente, o respeito à diversidade. E é justamente nesse instante que a Educação Patrimonial pode ser uma forte aliada.

Reflete-se que a inter-relação construída entre a comunidade em que o museu encontra-se localizado e os próprios sujeitos que o frequentam mostra-se muito além de seu espaço físico e as exposições que contam as histórias que ali se destacam. É dar espaço a diferentes abordagens que emancipem os sujeitos, os considerando não como folhas em branco, mas sim dotados de experiências e cargas sociais, psicológicas, culturais e afins. Entender que estes espaços não se referem e extinguem-se para somente seus objetos ou a própria linguagem, mas sim que os mesmos despertam para a sociedade, para os discursos históricos que precisam ser questionados, refletidos e desconstruídos.

No entanto, ao decorrer da pesquisa e leituras percebe-se de forma mais clara que este processo de pertencimento dos sujeitos para com os museus ou os bens culturais, como um todo, é inteiramente variável e desafiador. Digo, pensar em um único patrimônio como espelho da sociedade é um tanto quanto questionável, porém, se levarmos em conta que suas territorialidades, suas culturas e histórias serão representadas, a ideia de pertencimento pode ser aflorada. Dessa forma, a Educação Patrimonial encontra um dos grandes desafios, de lidar com o fato de muitos nem sempre se identificam ou se enxergam, daquilo que muitos pontuam como patrimônio cultural nacional ou da própria humanidade.

Para isso, revela-se que devemos nos atentar para o contrário de algo centralizado somente em um aspecto voltado para toda a humanidade, portanto, trata-se de mediações em que os educadores partam das referências culturais dos territórios, de princípios, simbologias e significados que façam parte das realidades desses sujeitos. Só assim, a partir de determinadas compreensões da própria realidade e da cultura - daquilo que os rodeia e faz sentido -, que os sujeitos irão entrar em um processo de compreensão e reflexão sobre outras realidades e suas alteridades.

Conclui-se que, além de necessariamente realizar uma alfabetização cultural, a Educação Patrimonial apresenta-se como um instrumento que, além de tudo, promove o sujeito. Por se encaixar em concepções libertárias e emancipatórias, a Educação Patrimonial propõe, através da transversalidade, a abertura para novas reflexões de acordo com as sociedades e seus espaços-tempo, além de mediações que partem dos pressupostos da cultura e de ações voltadas à cidadania. A tomada de consciência dos sujeitos potencializa-os, à medida que se constroem reflexões em torno de uma acessibilidade para com estes espaços de memória e história, para uma inclusão social e cultural. O que nos traz ao nosso último ensejo, onde ressalto que todos esses processos destacados nesta pesquisa partem através do encorajamento dos sujeitos a partir de suas culturas, suas memórias e identidades, suas referências.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APOLINÁRIO, R. J. *Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História*. In: TOLENTINO, Á. B. (Org.) - João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. (Caderno Temático)

- BAUBIER, A. S. M. A.; REIS, M. A. G. S. . *O Museu e a Diversidade Cultural na Amazônia..* Manaus: Reggo Edições, 2013.
- BINA, E. D. *Museus: espaços de comunicação, interação e mediação cultural.* In: Seminário de investigação em museologia dos países de língua portuguesa e espanhola, Porto [Portugal], 12-14 out. 2009. *Actas...*, v. 2. p. 84. Porto: Universidade do Porto, 2010.
- CANCLINI, N. G. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.* *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p.95-115, 1994.
- CHAGAS, M. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.* *Dossiê Educação Patrimonial* n.3, Iphan, jan/fev. 2006.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio.* São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.
- COSTA, A.; CASTRO, F.; CHIOVATTO, M.; SOARES, O. *Educação Museal.* Instituto Brasileiro de Museus. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal.* Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- CUSTÓDIO, L. A. B. . *Guia Prático de Educação Patrimonial.* Brasília, 1999. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).
- FERNANDES, J. R. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 13, nº25-26.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011
- FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. (Org.). *Educação Patrimonial: Educação patrimonial: reflexões e práticas.* João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno temático n. 2).
- GRUNBERG, E.. *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial.* Brasília: IPHAN, 2007.
- \_\_\_\_\_. HORTA, M. de L. P.; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico da Educação Patrimonial.* Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.* Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende...[et al.] Belo Horizonte: UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HORTA, M. de L. P. Fundamentos da educação patrimonial. *Ciências & Letras.* Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras, n. 27, jan./jun. 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35.
- KRETZMANN, C. G.. *Multiculturalismo e Diversidade Cultural: Comunidades Tradicionais e a Proteção do Patrimônio Comum da Humanidade.* 2007. Dissertação de Mestrado(Direito) Universidade Federal de Caxias do Sul.
- MARTINS, J. C. de O. Patrimônio Cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial /* PINHEIRO, A.R.S. (org). Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.
- PEREIRA, C. M. R. C. Diversidade cultural como um direito humano: desafio para a contemporaneidade. 98. *RIDH,* Bauru, 2006.
- ROSSI, C. M. S.. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. *Horizontes,* v. 35, p. 113-120, 2017.
- SCHEINER, T. C. Patrimônio, Museologia e Sociedades em transformação. In: DECAROLIS, N., DAPPIANO, G. (Org). *El pensamiento Museológico Contemporáneo.* Buenos Aires: ICOM / ICOFOM, 2011, p. 42-55.
- SILVA, T. T.da (org); HALL,S.;WOODWARD,K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.*Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. *Relatório Mundial.* Unesco Digital Library, CLT.2009/WS/9.

\_\_\_\_\_. Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais. Paris: UNESCO, 1982.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Princípios da Educação Patrimonial. São Paulo: REPEP. Disponível em: <<http://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>> Acesso em 16/02/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI. Coleção de Museus, economia e sustentabilidade. Brasília - DF: Ibram, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museus, Memórias e Economia da Cultura - 10ª Primavera de museus IBRAM, 2015. Disponível em: <<http://eventos.museus.gov.br/docs/tema.pdf>> Acesso em 27/10/2020.

JEUDY, Henri-Pierre. O espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

### ABSTRACT

This work aims to understand and analyse the Heritage Education as an efficient instrument to be able to deal with the plurality in museums and heritages context to improve the knowledge in a transversal way. Considering the importance the educational work aligned with cultural Heritage recognizing the cultural diversity from memory and identity concepts. This research is based on the artworks of Evelina Grunberg and Maria de Lourdes Horta who contribute and develop studies in Heritage Education; the concepts and essays of Stuart Hall around the contemporarily identity and among other authors. For this purpose, the methodology came from literature searches, semi-structured interviews and research about this topic. We can conclude that the Heritage Education must be considered as an essential concept and practice to the valorization and respect of cultural diversity. Thus, we can notice the strenghtening of collective and individual memories, identities, redemocratization and the importance of cultural assets, as museums and heritage, towards society.

### KEYWORDS

Heritage education. Cultural diversity. Identity. Museum education. Social accessibility.

## NOTAS

<sup>1</sup> Multiculturalismo é um termo da sociedade moderna que caracteriza a existência de diferentes formas de cultura por diferentes grupos e sujeitos dentro de uma sociedade. Descrevendo assim, todo um aparato de diferenças culturais. (KRETMANN, 2007)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia, Mestre em Educação e professora do Centro de Educação Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos pela Universidade Federal de Pernambuco (2006).